

TCE alerta as cidades da RMC sobre desequilíbrio nas contas

Levantamento aponta excesso de gastos em 19 dos 20 municípios

Eder Ribeiro /Prefeitura de Engenheiro Coelho

A quase totalidade dos municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) recebeu alertas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) por desequilíbrio nas contas públicas. Segundo balanço divulgado na plataforma Visão Social de Relatórios de Alertas (Visor), com dados apurados até outubro, 19 das 20 cidades da região foram advertidas, sendo Engenheiro Coelho a única sem qualquer notificação.

Acima do limite

Conforme o levantamento, seis municípios foram enquadrados na classificação vermelha, considerada a mais grave, por acumularem grande volume de alertas de diferentes naturezas. O principal problema identificado foi o excesso de gastos, acima do limite constitucional de 85% da receita corrente. O cenário mais crítico foi registrado em Hortolândia, onde as despesas chegaram a 93,96% da arrecadação, somando R\$ 1,411 bilhão frente a uma receita de R\$ 1,503 bilhão até outubro.

Na sequência aparecem Morungaba (90,23%), Pedreira (90,16%), Monte Mor (86,31%), Artur Nogueira (86,84%) e Sumaré, que também apresentou alto comprometimento orçamentário. Monte Mor lidera em quantidade de advertências ao longo de 2025, com 37 alertas de cinco tipos diferentes, relaciona-



Engenheiro Coelho foi o único município da região que não recebeu nenhum alerta

dos principalmente ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Hortolândia e Sumaré vêm logo atrás, com 31 notificações cada, seguidas por Pedreira, Morungaba e Artur Nogueira. As prefeituras dessas cidades foram procuradas, mas estavam em recesso de fim de ano.

A LRF prevê sanções severas aos gestores que não cumprem os limites legais, incluindo bloqueio de transferências voluntárias, impedimento para contratar empréstimos, aplicação de multas, perda de mandato, inelegibilidade e até punições penais, dependendo da gravidade.

O TCESP ressalta que os

alertas são parciais e que o que efetivamente vale é o resultado final do exercício, fechado em dezembro. Em nota técnica, o órgão orienta que as prefeituras adotem medidas corretivas para evitar sanções administrativas ou penais. Em Monte Mor, além do excesso de despesas, foram apontadas fragilidades como arrecadação abaixo da prevista na LDO e problemas nas receitas previdenciárias.

Situação regional

De acordo com o Visor, três municípios da RMC ficaram na faixa laranja, um no amarelo e dez no verde, classificação destinada

àqueles com menor quantidade e diversidade de alertas. O sistema do TCE cruza dados de auditorias eletrônicas, prestações de contas, fiscalizações presenciais e até denúncias da população.

Campinas, por exemplo, recebeu 20 alertas de quatro tipos diferentes e foi classificada como amarela, melhorando em relação ao quadrante vermelho do primeiro quadrimestre. “O município apresentou melhora em seu panorama, embora os alertas ainda sejam parciais”, afirmou o secretário de Finanças, Aurílio Caiado, destacando que a cidade vem ajustando despesas e receitas ao longo do ano.

Valinhos inicia 2026 com um orçamento de R\$ 1,09 bilhão

Valinhos começa 2026 com um marco histórico nas finanças públicas. O orçamento municipal aprovado para o exercício projeta uma arrecadação de R\$ 1,099 bilhão, a maior já registrada na cidade. A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi votada pela Câmara Municipal em dezembro e sancionada pelo prefeito Franklin Duarte ainda antes do recesso, consolidando o planejamento financeiro para o próximo ano.

A maior fatia dos recursos, R\$ 986,8 milhões, ficará sob responsabilidade da Administração Direta, que executa a maioria dos serviços oferecidos à população. Já a Administração Indireta, representada pelo Valiprev, contará com R\$ 113 milhões para garantir o equilíbrio do sistema previdenciário dos servidores. O Poder Legislativo terá um orçamento próprio de R\$ 32,4 milhões, destinado ao funcionamento da Câmara Municipal.

Prioridades sociais

Entre as áreas que concentram mais investimentos, Educação e Saúde permanecem como eixos centrais da gestão. A Educação receberá R\$ 247,1 milhões, enquanto a Saúde terá R\$ 219,9 milhões, assegurando recursos para manutenção, ampliação de serviços e atendimento às demandas da população. Outras pastas também ganham destaque, como a Fazenda, com R\$ 122,1 milhões, e Serviços Públicos, que contará com R\$ 73,1 milhões.

O orçamento de 2026 traz ainda mudanças relevantes em programas sociais. O Auxílio-Aluguel foi ampliado para incluir mulheres vítimas de violência doméstica, com benefício de até R\$ 1.393,00, atendendo até 50 famílias, o que representa um reforço à política de proteção social do município. Já o programa “Melhor Idade em Atividade” passou por atualização, ampliando o alcance do incentivo à prática de atividades físicas por idosos por meio de reembolso financeiro e estímulo ao bem-estar.

Por fim, o texto aprovado garante R\$ 11,1 milhões em emendas impositivas, indicadas pelos vereadores, que serão destinadas a entidades sociais e órgãos públicos. Os recursos permitirão o fortalecimento de projetos locais e a ampliação de serviços públicos.

Verão acende alerta para o aumento dos casos de câncer de pele na região

Freepik

Na região de Campinas, números da Secretaria de Estado da Saúde indicam os atendimentos relacionados ao câncer de pele, o tipo de tumor mais comum no Brasil. Em 2025, os casos resultaram, em média, em seis internações por dia na rede pública, reflexo direto da exposição excessiva à radiação ultravioleta (UV), especialmente durante o período de férias.

Fator de risco

As queimaduras solares são apontadas como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de pele, mesmo quando acontecem apenas em períodos pontuais do ano.

Pessoas que se expõem intensamente ao sol apenas durante férias, como em idas à praia ou



O uso diário do protetor solar é essencial para reduzir riscos

à piscina, e sofrem queimaduras frequentes, especialmente aquelas de pele mais clara, apresentam risco aumentado da doença ao longo da vida. Mesmo sem exposição solar contínua ao longo do ano, episódios repetidos de quei-

madura já são suficientes para elevar significativamente a probabilidade de desenvolver câncer de pele no futuro.

Estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apontam para cerca de 220 mil novos ca-

sos anuais de câncer de pele não melanoma, o equivalente a aproximadamente 30% de todos os diagnósticos de câncer no país. Já o melanoma, embora menos frequente, é mais agressivo e deve registrar cerca de 9 mil novos casos por ano, com maior incidência nas regiões Sul e Sudeste.

Proteção diária

Apesar de o verão concentrar o maior risco, especialistas reforçam que a proteção da pele deve ser adotada ao longo de todo o ano, desde a infância. O Inca orienta o uso diário de protetor solar, inclusive em dias nublados ou chuvosos.

Também é recomendado evitar a exposição direta ao sol entre 10h e 16h e reaplicar o protetor a cada duas horas.